



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

PEDIDO DE INFORMAÇÃO SIGA Nº CMBG-PIN-2026/00005

Autor: Vereador **Moisés Scussel Neto**

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Requer informações ao Poder Executivo Municipal acerca de lançamentos de IPTU em terrenos vagos sem edificação classificados indevidamente como imóveis com residência no cadastro imobiliário municipal, com emissão de boletos em valores incompatíveis com a situação real do bem, incluindo esclarecimentos sobre procedimentos de vistoria, correção cadastral e tramitação do Processo nº 3603/2025, na Secretaria Municipal de Finanças.

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,

Em observância ao art. 5º, inciso XXXIII, e ao art. 37, caput, da Constituição Federal, à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao artigo 121 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Vereador Moisés Scussel, no pleno exercício de suas prerrogativas regimentais de fiscalização, apresenta o presente Pedido de Informações.

Chegaram a este Gabinete diversas manifestações de contribuintes relatando a ocorrência de lançamentos de IPTU em terrenos vagos, sem qualquer edificação, porém classificados indevidamente no cadastro municipal como imóveis com residência, resultando na emissão de boletos com valores desproporcionais e incompatíveis com a situação real do bem.

Conforme relatado, há casos em que vistoria municipal já teria constatado formalmente a inexistência de construção, mas, ainda assim, o Município mantém o lançamento tributário como se houvesse casa edificada, perpetuando distorção cadastral e tributária. Trata-se de falha grave, pois compromete a legitimidade do lançamento, afronta a segurança jurídica do contribuinte e gera ônus financeiro indevido.

Classif. documental

01.02.01.03



Assinado com senha por MOISÉS SCUSSEL NETO.
Documento Nº: 170823-8903 - consulta à autenticidade em
<https://siga.bentogoncalves.rs.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=170823-8903>



CMBGPIN202600005A

SIGA

Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

A situação assume maior relevância pelo fato de não se tratar de caso isolado. Há informação de que mais de **14 imóveis/proprietários** encontram-se na mesma condição, enfrentando idêntico problema cadastral e tributário, o que indica possível falha sistêmica nos procedimentos de atualização do cadastro imobiliário municipal e de revisão dos lançamentos do IPTU.

Como referência concreta, foi noticiada a existência do Processo nº 3603/2025, iniciado em 14 de março de 2025, no âmbito da Secretaria Municipal de Finanças, envolvendo contribuintes afetados por essa inconsistência. A regularidade do cadastro imobiliário é dever permanente da Administração e condição indispensável para a correta tributação. Assim, impõe-se o esclarecimento formal e pormenorizado dos fatos, bem como das providências adotadas para correção dos lançamentos indevidos e prevenção de sua repetição.

REQUER-SE ao Poder Executivo Municipal que informe, de forma clara, objetiva e item a item:

1. Quais critérios e parâmetros a Secretaria Municipal de Finanças utiliza para classificar imóveis no cadastro imobiliário municipal como terreno vazio ou imóvel edificado.
2. Quais procedimentos administrativos e técnicos são adotados para revisão cadastral quando o contribuinte alega inexistência de edificação.
3. Qual é o fluxo de tramitação para correção cadastral de imóvel indevidamente classificado como edificado, informando setores responsáveis e prazos médios.
4. Se houve vistoria técnica vinculada ao Processo nº 3603/2025, e qual foi o resultado formal registrado. Requer-se cópia do relatório de vistoria e do despacho conclusivo.
5. Por qual razão o lançamento de IPTU permanece sendo emitido como se houvesse residência em terrenos cuja inexistência de construção tenha sido constatada por vistoria.
6. Quantos imóveis se encontram atualmente com inconsistência cadastral semelhante, no exercício de 2025, no território municipal, com indicação do quantitativo de processos administrativos instaurados para correção.
7. Informar se há procedimento de revisão automática do lançamento do IPTU após vistoria comprobatória da inexistência de edificação e, se não houver, qual providência será adotada para implementar mecanismo que evite a repetição do problema.
8. Informar se há previsão de restituição/compensação de valores pagos indevidamente por contribuintes que, por erro cadastral, foram tributados como se possuísem imóvel edificado.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

9. Esclarecer qual setor é formalmente responsável pela atualização do cadastro imobiliário e pela validação das alterações cadastrais decorrentes de processos e vistorias.
10. Informar quais providências imediatas serão adotadas no tocante ao Processo nº 3603 /2025, para correção definitiva do cadastro e do respectivo lançamento tributário.

Requer-se que as respostas sejam prestadas de forma completa, objetiva e individualizada, atendendo pontualmente a cada item, vedadas respostas genéricas, evasivas ou incompletas.

Requer-se que as informações sejam prestadas por escrito, no prazo legal de até 20 (vinte) dias, nos termos do art. 11, §1º, inciso I, da Lei nº 12.527/2011, prorrogável por mais 10 (dez) dias mediante justificativa expressa.

Bento Gonçalves, 18 de janeiro de 2026.

- assinado eletronicamente -
Vereador Moisés Scussel I MDB
Vereador

